



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO
PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029

(PLE n.º 398/2025)

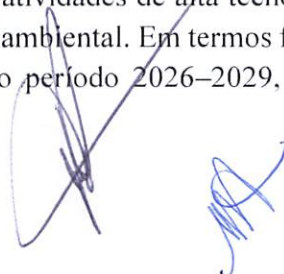
1ª SESSÃO LEGISLATIVA

20ª LEGISLATURA

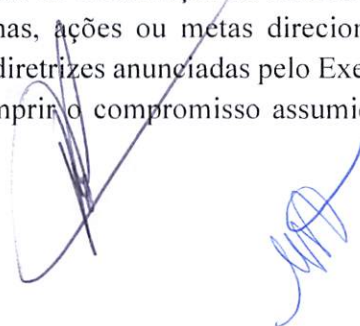
11 de novembro de 2025

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se, no Auditório do Centro de Cultura Vereador Manuel Querino da Câmara Municipal de Salvador, situado na Praça Thomé de Souza, Centro, nesta capital, a Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto da Lei do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029 do Município de Salvador (PLE n.º 398/2025 – “Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026 a 2029, e dá outras providências”), em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença os vereadores **Daniel Alves** – Presidente da Comissão, **Kel Torres**, **Marta Rodrigues** (membros), **Omarzinho Gordilho** (suplente), **Aladilce**, **Cezar Leite** e **Professor Hamilton Assis**, o Chefe da Casa Civil, **Luiz Carreira**, a Assessora Especial da Casa Civil, **Ana Nery Reis**, a Diretora Geral de Orçamento, **Virgínia Porto**, além de outras autoridades e membros da sociedade civil. O presidente Daniel Alves abriu os trabalhos saudando os presentes e informando que a TV e Rádio Câmara faria a transmissão do evento ao vivo nos canais oficiais da Casa. Na sequência, destacou a relevância do Plano Plurianual como principal instrumento de planejamento de médio prazo da gestão pública, que dá corpo e forma ao Programa de Governo, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital e programas de duração continuada. Enfatizou, ainda, que cabe à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização acompanhar a tramitação e o cumprimento das metas previstas nas peças orçamentárias, assegurando a coerência entre o planejamento e a execução fiscal do Município. Em seguida, a senhora Ana Nery, responsável pela exposição técnica do projeto, apresentou o conteúdo técnico do PPA 2026–2029, elaborado sob coordenação da Casa Civil, explicando que o documento define as políticas públicas que nortearão a administração municipal pelos próximos quatro anos, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, da eficiência administrativa e da participação popular. Informou que o PPA foi construído com base em uma série de instrumentos de planejamento que orientam a gestão de longo, médio e curto prazo, destacando o Plano Salvador 500, que traça diretrizes para o desenvolvimento da cidade até a celebração de seus 500 anos; o Plano de Governo 2025–2028, intitulado “Pra Salvador Seguir em Frente”; o Plano Estratégico 2025–2028, denominado “Salvador Avançando Cada Vez Mais”; o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, atualmente em processo de atualização; além de planos setoriais e específicos de diversas áreas de governo, como mobilidade, saneamento e habitação. Durante a exposição,

a representante do Executivo explicou que o PPA está estruturado em seis eixos estratégicos, treze programas de governo, cinquenta e três indicadores estratégicos e trezentas e vinte e nove ações orçamentárias, que buscam integrar as dimensões estratégica, tática e operacional das políticas públicas. Os eixos estratégicos definidos são: Mais Inclusão Social e Desenvolvimento Humano; Mais Infraestrutura e Ordenamento Urbano; Mais Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Mais Cultura e Turismo; Mais Eficiência de Gestão; e Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas. Ana Nery destacou que o plano está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e que sua formulação considerou os princípios de regionalização, transversalidade e construção de indicadores de raça e gênero, além de ampla participação social por meio do programa “Diga Aí, Salvador!”. Esse programa, que contou com canais digitais, outdoors, presença física nas Prefeituras-Bairro e divulgação nas mídias sociais e rádios locais, registrou que as principais demandas da população foram voltadas para saúde (43%), mobilidade urbana (10%), infraestrutura e habitação (9%), educação (9%), esporte e lazer (9%) e outros serviços públicos (20%). Em relação ao conteúdo programático, a palestrante destacou o eixo “Mais Inclusão Social e Desenvolvimento Humano”, que reúne programas voltados à ampliação da cobertura educacional, melhoria da qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação, bem como à modernização da rede de saúde, com novas unidades básicas, maternidade e hospital da criança, além da expansão das políticas de assistência social e proteção à mulher, à infância e à população em situação de vulnerabilidade. No eixo “Mais Infraestrutura e Ordenamento Urbano”, o plano prevê investimentos em mobilidade sustentável, requalificação de vias, construção de pontes e viadutos, melhorias no transporte público, expansão de ciclovias e revitalização de praças e espaços públicos. Já no eixo “Mais Desenvolvimento Econômico e Sustentável”, o foco recai sobre o fortalecimento do empreendedorismo, geração de emprego e renda, incentivo à inovação tecnológica, economia verde, turismo e economia criativa. No campo da cultura e turismo, o eixo “Mais Cultura e Turismo” projeta a valorização da identidade local e do patrimônio histórico, com a recuperação de monumentos, ampliação do Complexo Cidade da Música, fomento a eventos culturais e fortalecimento da economia criativa. O eixo “Mais Eficiência de Gestão” reúne ações voltadas à modernização da administração pública, gestão fiscal responsável, capacitação de servidores, digitalização de serviços e fortalecimento do controle interno. Por fim, o eixo “Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas” contempla a consolidação institucional do Poder Legislativo, modernização da gestão legislativa e aprimoramento das funções fiscalizatórias e de controle das contas públicas. A palestrante apresentou, ainda, o panorama econômico utilizado para subsidiar o planejamento, ressaltando que a economia de Salvador é majoritariamente terciária e demanda estímulos a setores dinâmicos, como turismo, economia criativa, economia do mar e inovação tecnológica. Foram elencados oito vetores econômicos estratégicos: economia circular, indústria de transformação, economia criativa e do turismo, complexo econômico da saúde, atividades de alta tecnologia, infraestrutura de transportes, economia do mar e sustentabilidade ambiental. Em termos fiscais, o PPA prevê um montante global de R\$ 80,288 bilhões para o período 2026–2029, sendo



R\$ 57,133 bilhões provenientes de recursos orçamentários e R\$ 23,155 bilhões de recursos extraorçamentários. O Chefe da Casa Civil do Município de Salvador, senhor Luiz Carreira, fez uso da palavra, iniciando seus cumprimentos a todos os presentes e registrando a relevância institucional da audiência. Prosseguiu destacando a qualificação técnica da Assessora Especial da Casa Civil, tanto no processo de construção da peça orçamentária quanto na condução de sua apresentação, ressaltando, ainda, o comprometimento da servidora com o serviço público. Enalteceu a competência e a dedicação de toda a equipe responsável pelo orçamento municipal, reconhecendo o esforço coletivo que sustenta a elaboração dos instrumentos de planejamento. Em seguida, assinalou o avanço dos instrumentos de planejamento governamental ao longo dos anos, pontuando que praticamente todas as funções essenciais da Administração já dispõem de planejamentos estruturados em horizontes de médio e longo prazo, com especial destaque para o Plano Plurianual (PPA), que considerou peça basilar da gestão pública. Registrou, ainda, ter integrado o Congresso Nacional, experiência que lhe confere compreensão aprofundada sobre a relevância do trabalho legislativo no processo de apreciação, aprovação e acompanhamento das propostas orçamentárias encaminhadas pelo Executivo. Enalteceu o papel do legislativo municipal nesse processo. O orador enfatizou, também, a importância da participação popular na fiscalização e no acompanhamento da proposta orçamentária municipal, destacando seu papel na consolidação da transparência e da efetividade das políticas públicas. Por fim, colocou a Casa Civil à disposição para o diálogo permanente, reafirmando o compromisso da Pasta com a cooperação institucional e com o aprimoramento contínuo da gestão pública. A Vereadora Marta Rodrigues fez uso da palavra, destacando inicialmente a importância da realização da audiência pública para a discussão transparente e democrática da proposta da peça orçamentária. Em sua exposição, procedeu a um comparativo entre o PPA vigente (2022–2025) e a proposta em análise para o quadriênio 2026–2029, sob a perspectiva das previsões de recursos. Informou que o plano atualmente em vigor estima aproximadamente R\$ 37 bilhões, além de R\$ 5,981 bilhões de recursos extraorçamentários, enquanto a nova proposta eleva o montante global para R\$ 57 bilhões, com mais R\$ 23,155 bilhões correspondem a receitas extraorçamentárias. Diante desses números, indagou quais projeções de incremento de receitas foram consideradas pela Administração para justificar a ampliação dos valores previstos. Na sequência, realizou breve análise do PPA em vigor, cujo término ocorrerá em 31 de dezembro de 2025, destacando pontos já executados e outros ainda pendentes de implementação. Mencionou que rotineiramente solicita o relatório detalhado de execução das peças orçamentárias, por meio do qual tem acompanhado indicadores que, segundo relatou, não alcançaram suas metas. Entre eles, citou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cuja realização ficou aquém do previsto, bem como a implantação do polo logístico no bairro de Valéria, meta igualmente não cumprida. A vereadora prosseguiu registrando que o Programa Educação de Qualidade, constante do plano de governo e vinculado ao compromisso de erradicação do analfabetismo, não encontra, na proposta do PPA 2026–2029, programas, ações ou metas direcionadas à alfabetização infantil, o que reputou incompatível com as diretrizes anunciadas pelo Executivo. Nesse sentido, questionou como o governo pretende cumprir o compromisso assumido se a



peça orçamentária em análise não contempla ações específicas voltadas a essa finalidade, motivo pelo qual apresentou, à mesa de debates, proposta de emenda objetivando suprir tal lacuna. Assinalou, ainda, que a proposta de PPA não contempla, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, ações voltadas à implantação do Estatuto da Igualdade Racial, no que concerne às competências da Pasta. Concluiu expressando a expectativa de que as emendas apresentadas pelos vereadores sejam devidamente consideradas e acolhidas no processo de apreciação da matéria. O Vereador Daniel Alves registrou que, nas ocasiões em que atua como relator das peças orçamentárias, procura acatar, sempre que possível, as emendas apresentadas pelos demais parlamentares. Em seguida, o Secretário Luiz Carreira respondeu aos apontamentos formulados pela Vereadora Marta Rodrigues, esclarecendo que a linguagem empregada nos programas, por vezes, não reflete de forma precisa as ações vinculadas a metas específicas. No tocante ao orçamento, afirmou que, ao se dividir o montante global de cinquenta e sete bilhões de reais por quatro, chega-se à ordem de quatorze bilhões de reais anuais, o que corresponde aproximadamente ao orçamento municipal, demonstrando o crescimento proporcional das receitas nos últimos anos. Assinalou que os recursos são proporcionais à capacidade de alavancagem da Prefeitura, ainda que nem sempre ocorra a execução integral do orçamento, destacando que, no presente exercício, verifica-se elevado percentual de execução. Referindo-se ao polo logístico do bairro de Valéria, informou que os dispêndios realizados até o momento dizem respeito, majoritariamente, aos estudos preliminares da área, já havendo empresa instalada no local. Ressaltou que algumas definições ainda necessitam de consolidação, mas que a Prefeitura implantará o referido polo, cuja execução foi parcialmente prejudicada pela pandemia. Agradeceu à Vereadora Marta Rodrigues pelas observações e reiterou o compromisso de promover os ajustes necessários para assegurar a devida consistência das informações. Na sequência, a senhora Ana Nery esclareceu que, no âmbito da educação e do compromisso com a alfabetização, as ações encontram-se contempladas no programa “Salvador Acompanha – Programa de Monitoramento da Aprendizagem” e contempla também as escolas parceiras da educação infantil, além de prever a ampliação de vagas mediante a construção de novos centros de educação infantil. Sobre o Estatuto da Igualdade Racial na área da saúde, informou que a ação correspondente não está nomeada da forma convencional, mas como “combate ao racismo institucional e ao seu impacto na saúde da população negra”. O Vereador Kel Torres parabenizou a equipe pela transparência e objetividade da apresentação, que explicitou os objetivos da gestão para os próximos anos, e celebrou a inclusão da previsão de construção da UPA de Cajazeiras. Indagou ao Secretário se, com a execução do projeto apresentado, a vida da população será positivamente impactada. Luiz Carreira enfatizou que os indicadores de impacto social estão devidamente descritos na proposta e que, por se tratarem de metas transversais, ações e indicadores das diversas secretarias influenciam-se mutuamente. Acrescentou que o foco da gestão passou a privilegiar os resultados efetivamente entregues à população, e não apenas os órgãos executores. O Vereador Omarzinho Gordilho destacou o planejamento estratégico do Governo Municipal e o esforço empreendido para o cumprimento das metas definidas, ressaltando a preocupação da gestão com a mobilidade urbana, em especial



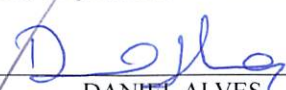
com o sistema de transporte público. A Vereadora Aladilce Souza, ao fazer uso da palavra, ressaltou o papel da Comissão de Finanças no debate sobre o orçamento público e solicitou a ampliação do prazo para apresentação de emendas ao PPA. Enfatizou a importância da escuta popular e indagou se foram realizadas audiências públicas durante a elaboração do projeto pelo Poder Executivo. Manifestou preocupação com a reduzida alocação de recursos para o desenvolvimento econômico e sustentável, sobretudo diante da desigualdade social existente na cidade, questionando a razão pela qual, diante do orçamento global, apenas quatrocentos e trinta e três milhões de reais foram destinados ao referido eixo. Reivindicou maior investimento na área, bem como a expansão e diversificação da base econômica municipal. No tocante aos indicadores da saúde, alertou que as taxas de mortalidade infantil e materna permanecem elevadas, mencionou o aumento dos casos de sífilis e solicitou esclarecimentos sobre dados relativos à hipertensão e ao diabetes. O Vereador Cezar Leite registrou a necessidade de que quatro setores recebam atenção especial no planejamento orçamentário: o esporte voltado às pessoas com deficiência; a valorização de programas culturais cristãos, considerando a relevância dessa expressão na cidade; a implementação de ações específicas para saúde mental e combate às drogas, especialmente em ambiente escolar; e a criação de programa de diagnóstico precoce de doenças em crianças em idade escolar. Informou que apresentará emendas contemplando tais temas e pediu especial atenção da equipe técnica. Na sequência, o Vereador Professor Hamilton Assis observou que o Estatuto da Igualdade Racial não se encontra amplamente refletido na proposta orçamentária, apesar de Salvador possuir maioria populacional negra, e reforçou que o orçamento constitui instrumento essencial para a redução das desigualdades. Discorreu, ainda, sobre o pacto federativo e a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao Município para a implementação das ações requeridas pela população. Antes das respostas finais da equipe, o Presidente Daniel Alves comunicou a prorrogação do prazo para recebimento de emendas até a sexta-feira subsequente, às doze horas. Luiz Carreira, ao retomar a palavra, afirmou que buscará informações complementares para responder de forma mais precisa sobre os indicadores de saúde e reiterou que a área econômica enfrenta dificuldades estruturais que impactam o desempenho municipal. Registrou a importância da troca de informações de natureza técnica entre o Poder Executivo e o Legislativo e colocou-se à disposição dos vereadores para dialogar sobre temas relevantes para a administração municipal. Em seguida, o vereador Daniel Alves franqueou a palavra ao público presente. O primeiro inscrito, senhor Aurelino Sales, assessor do vereador Téo Senna, apresentou considerações sobre a situação das pessoas ostomizadas, destacando que o Plano Plurianual não contempla diretamente essa pauta. Informou, ainda, a apresentação de três emendas pelo vereador Téo Senna destinadas a suprir tais demandas. Na sequência, o senhor Jorge Luiz, pessoa que convive com anemia falciforme, registrou a recorrente falta de medicamentos em diversos postos de saúde da cidade, bem como a ausência de equipamentos necessários ao diagnóstico e tratamento de outras enfermidades. O senhor Marcos Antônio, presidente da Associação dos Ostomizados do Estado da Bahia – AOEB, ressaltou que, embora exista na cidade um polo voltado ao tratamento da doença, os equipamentos disponibilizados não são



adequados e o atendimento não supre as necessidades dos pacientes, solicitando providências para solucionar tais problemas. Em seguida, o senhor Antônio Carneiro, servidor público da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP, defendeu a necessidade de ações de enfrentamento ao racismo institucional e de iniciativas que promovam o desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida da população, destacando que diversas praças da capital apresentam equipamentos danificados. Sugeriu, ainda, a implantação de luminárias alimentadas por energia solar nas praças e logradouros públicos do município. A senhora Jane Oliveira, instrutora de teatro e de dança de rua em projetos sociais, relatou a crescente violência na cidade e cobrou posicionamento da Prefeitura e do Governo do Estado quanto a requerimentos apresentados para viabilização de seu projeto social, apontando a falta de apoio público nessa área. Por fim, o senhor Rodrigo Iure apresentou defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, expôs necessidades enfrentadas pelos moradores da localidade de Praia Grande e solicitou a implantação de uma unidade de saúde da família para atendimento da comunidade. Luiz Carreira informou que encaminharia à Secretaria Municipal de Saúde a demanda referente aos ostomizados, reconhecendo a relevância do tema e comprometendo-se a buscar solução adequada. Em relação aos questionamentos apresentados por Jorge Luiz, esclareceu que alguns postos da Prefeitura já realizam atendimentos voltados a essas necessidades, contudo ressaltou que precisaria aprofundar-se na situação para oferecer resposta devidamente embasada. Sobre as praças públicas, comunicou que o Município possui um amplo programa destinado a esses equipamentos e que, a partir de janeiro, terá início um ciclo de recuperação e requalificação desses espaços. No tocante aos apontamentos realizados por Jane Oliveira, destacou que a problemática da segurança é abrangente e que, no âmbito municipal, o contingente da Guarda Civil disponível não é suficiente para atender plenamente as demandas relativas à proteção dos equipamentos públicos. Referindo-se às observações de Rodrigo Iure, solicitou à equipe técnica a análise de viabilidade para atendimento da demanda apresentada. Encerradas as manifestações e não havendo mais questionamentos, o presidente Daniel Alves agradeceu aos representantes da Casa Civil, aos vereadores e ao público presente, enfatizando que o debate realizado fortalece o papel institucional da Câmara na construção de políticas públicas e reafirma o compromisso do Legislativo com o acompanhamento técnico e social do processo de elaboração do Plano Plurianual. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrados os trabalhos e determinou a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.



KEL TORRES



DANIEL ALVES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO



MARTA RODRIGUES